

*Estado do Rio Grande do Norte*  
*Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho*  
**GABINETE DA VEREADORA NINA SOUZA**

C. M. NATAL  
PROCESSO Nº 55/2020  
FOLHA Nº 22 ~~11~~

**Processo nº: 055/2020**

**Relatora: Vera. Nina Souza**

**PARECER**

*Da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sobre o Processo nº055/2020, cujo objeto é o veto integral ao Projeto de Lei nº 187/2018, que “Dispõe sobre política de proteção mulheres em situação de vulnerabilidade pela rede pública de saúde, com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel”, e dá outras providencias.*

**I – RELATÓRIO**

01. Cuida-se de análise do Processo nº 055/2020, cujo objeto é o Veto Integral ao Projeto de Lei nº 187/2018, de autoria da Vereadora Ana Paula, que “Dispõe sobre política de proteção mulheres em situação de vulnerabilidade pela rede pública de saúde, com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel, e dá outras providencias.”

02. O Veto aponta afronta a diversos artigos da Carta Magna, bem como da Lei Orgânica Municipal.

03. Passamos à análise.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

04. A justificativa do Chefe do Executivo, de que haveria quebra do princípio de reserva da iniciativa por suposta alteração na estrutura administrativa, bem como incremento de gastos, não merece guarida.

05. A matéria em discussão não é de competência exclusiva do Executivo, posto que, em que pese eventualmente amoldamento

Nina Souza  
VEREADORA

administrativo, não altera estrutura e atribuições da Secretaria envolvida

06. Em recentíssimo Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do RN, aquela Corte, contrariando as expectativas do Chefe do Executivo Municipal, entendeu ser constitucional a Lei Municipal nº 461/2017, que cria a "Patrulha Maria da Penha", ainda que o Projeto seja de iniciativa do Legislativo.

07. Justificou-se a constitucionalidade, no fato de que a Lei não cria, extingue ou altera órgão municipal, tampouco institui novas atribuições:

**EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PROPOSIÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL EM FACE DA LEI PROMULGADA N.º 461/2017, DO MUNICÍPIO DE NATAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR. NORMA QUE CRIA A PATRULHA MARIA DA PENHA, A SER COMPOSTA PELA GUARDA MUNICIPAL. CONVERSÃO DO JULGAMENTO DA CAUTELAR EM DEFINITIVO DE MÉRITO EM FACE DA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E DE SEU ESPECIAL SIGNIFICADO PARA A ORDEM SOCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 12 DA LEI N.º 9.868/99. PRECEDENTES DO STF. MÉRITO. INOCORRÊNCIA DE MÁCULA PELA EIVA DA INCONSTITUCIONALIDADE. LEI QUESTIONADA QUE NÃO VERSA SOBRE MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, POIS NÃO CRIA, EXTINGUE OU ALTERA ÓRGÃO MUNICIPAL, BEM COMO NÃO INSTITUI NOVAS ATRIBUIÇÕES OU ABORDA QUAISQUER ASPECTOS ESPECÍFICOS DA CARREIRA. INEXISTÊNCIA DO VÍCIO DE FORMA APONTADO. NÃO CONFIGURAÇÃO DA ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. LEI IMPUGNADA QUE NÃO USURPA FUNÇÕES DA POLÍCIA MILITAR OU DESVIRTUA AS DA GUARDA MUNICIPAL. ATRIBUIÇÕES PREVISTAS**

QUE ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA LEI ORGÂNICA DA GUARDA MUNICIPAL DE NATAL (LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 104/08) E NO ESTATUTO GERAL DA GUARDA MUNICIPAL (LEI FEDERAL N.º 13.022/14). VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES NÃO VERIFICADA. VÍCIOS FORMAIS E MATERIAIS INEXISTENTES. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI HOSTILIZADA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.

08. Assim como no caso supracitado, no presente, repita-se, o texto do Projeto de Lei não traz novas atribuições à Secretaria nele abarcada, mas tão somente repisa, de forma didaticamente redundante, que tais competência já são daquelas pastas.

09. Ora, não há nenhuma inovação, tendo em vista que a LOM traz expressamente:

*Art. 148. A assistência social é prevista pelo Município a quem dela necessita, mediante articulação com os serviços federais e estaduais congêneres, tendo por objetivo:*

*I - a proteção à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;*

*II - a ajuda aos desamparados e às famílias numerosas desprovidas de recursos;*

10. A Carta Magna, também aponta expressamente:

*Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.*

*(...)*

*§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é*

*livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.*

11. Já a Lei 9263/1996, regulando o instituto constitucional supracitado, determina:

*Art. 3º O planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.*

*(...)*

*I - a assistência à concepção e contracepção;*

12. Sendo assim, não resta dúvida de que é dever do ente estatal, atender ao que foi proposto no Projeto de Análise, em respeito à legislação vigente, à qual o Município de Natal deve observar obrigatoriamente, bem como levando-se em conta que, sabidamente, o fomento público aos meios de contracepção, gera, ao contrário do apontado nas Razões de Veto, verdadeira economia aos cofres públicos, em especial das pastas da Saúde e Assistência Social.

### **III - CONCLUSÃO**

13. Dessa forma, não restando agredidos os institutos legais apontados pelo Chefe do Poder Executivo, opino pela continuidade do trâmite processual do Projeto, nos termos do Art. 43 da Lei Orgânica Municipal e 201 do Regimento Interno da Câmara.

Natal/RN, 17 de dezembro de 2020.

  
**NINA SOUZA**  
**Vereadora - PDT**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO  
NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE  
NATAL PALÁCIO PADRE  
MIGUELINHO**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO FINAL**

( ) PROJETO DE LEI ( ) RESOLUÇÃO ( ) DECRETO LEGISLATIVO  
( ) EMENDA À L.O.M. ( ) VETO ( ) PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR  
( ) EMENDA (X) PROCESSO

Nº 551220

Autor (a) Vereador (a): \_\_\_\_\_

Chefe do Executivo: ☒

Relator (a) Vereador (a): Nina Souza

VOTO DE DIVERGÊNCIA: \_\_\_\_\_

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: \_\_\_\_\_

VOTO DO RELATOR: Pela <sup>derrubada</sup> manutenção do veto

Sala das Comissões, em 05 de \_\_\_\_\_ de 2021.

Vereador Kleber Fernandes  
Presidente

(X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Nina Souza  
Vice-Presidente

(X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Aldo Clemente  
Membro

( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Ana Paula  
Membro

(X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Camila  
Araújo  
Membro

(X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Klaus Araújo  
Membro

(X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Preto Aquino  
Membro

(X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção



*Câmara Municipal de Natal*

A casa do povo. A sua casa.


**Processo: 055/2020**

**Autor(a):** Chefe do Executivo

**DESPACHO**

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **fim de Trâmite**, estando apto ao plenário.

Natal, 06 de abril de 2021.

  
**Dival da Silveira**  
Assessor Técnico Legislativo  
Mat. 5409950